CGC(MF)08.385.940/0001-58 Rua Felipe Guerra, 179 - 1° Andar Cx. Postal 48 - Fones 3421-2286 - Telefax 3417-2954 CEP. 59.300-000

PROJETO DE LEI Nº 053 /2010

JULGODO Objeto de delileero JULGODO Objeto de delileero cos. Eucominho as Com sors sécnicos pora emite prieces. Cairó, 08/40/eucho/2010

Institui o Programa Municipal de Educação Fiscal – PMEF e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara de Vereadores de Caicó-RN, aprovou e eu sanciono e promulgo a Lei seguinte:

Art. 1º – Fica instituído o Programa Municipal de Educação Fiscal – PMEF, em consonância com as diretrizes do Programa Nacional de Educação Fiscal -PNEF, a ser implementado no âmbito do Município de Caicó – RN.

Art. 2º – São objetivos do Programa Municipal de Educação Fiscal – PMEF:
I – prestar informações aos cidadãos quanto à função socioeconômica dos tributos;
II – levar conhecimentos aos cidadãos sobre administração pública, alocação e controle de gastos públicos;

 III – incentivar o acompanhamento pela sociedade da aplicação dos recursos públicos;

IV – criar condições para uma relação harmoniosa entre o Município e o cidadão;
V – promover ações integradas de combate à sonegação fiscal.

Art. 3º – O Programa Municipal de Educação Fiscal – PMEF será desenvolvido:
I – pelas Secretarias de Finanças e da Educação, em ação integrada, junto aos corpos docente e discente da rede pública Municipal de ensino;
II – pela Secretaria de Finanças, junto:

a) aos servidores públicos, da administração direta e indireta;

b) à população em geral.

EM DE DE DIO 90

CGC(MF)08.385.940/0001-58 Rua Felipe Guerra, 179 - 1° Andar Cx. Postal 48 - Fones 3421-2286 - Telefax 3417-2954 CEP. 59.300-000

Art. 4º - As ações do Programa Municipal de Educação Fiscal - PMEF, serão implementadas por meio de acordos ou convênios de cooperação técnica em I - a União e Estados;

II – organizações públicas;

III – órgãos da administração pública Municipal;

IV – entidades e instituições privadas.

Art. 5º - Fica criado o Grupo de Educação Fiscal Municipal - GEFM constituído por representantes da Secretaria de Finanças, sendo um dos quais na condição de coordenador, da Secretaria da Educação e outros órgãos da Administração

Art. 6º - Caberá à Secretaria Municipal de Finanças e Secretaria da Educação baixar os atos necessários ao cumprimento desta Lei.

Art. 7º - O Programa Municipal de Educação Fiscal - PMEF será implementado, inicialmente, com recursos orçamentários advindos do Orçamento Geral do

Art. 8º - O Poder Executivo fica autorizado a abrir, no Orçamento Geral do Município, crédito especial necessário ao cumprimento desta Lei.

Art. 9º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 – Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 08 de novembro de 2010.

Cláudio Sandêgi Lopes Fernandes Vereador - PV

Comissão de Justiça e Redação Projeto de Lei Nº 053/2010 Parecer Para Única Discussão Relator: Raimundo Inácio Filho (Lobão)

Senhor Presidente:

#### PARECER

O Projeto de Lei em apreço de autoria do Vereador Cláudio Sandêgi Lopes Fernandes, institui o Programa Municipal de Educação Fiscal - PMEF e dá outras providências em consonância com as diretrizes do Programa Nacional de Educação Fiscal.

Portanto, somos de parecer favorável a sua aprovação.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 2010

Raimundo Inácio Filho (Lobão)

Relator Presidente

Dilson Freitas Fontes

Membro



CGC. (MF) 08.385.940/0001-58 CEP. 59.300-000 Rua Felipe Guerra, 179 - 1º Andar Cx. Postal 48 - Fones 3421-2286 - Telefax 3417-2954

### COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

## REDAÇÃO FINAL:

PROJETO DE LEI º 053/2010

EMENTA: Institui o Programa Municipal de Educação Fiscal – PMEF e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara de Vereadores de Caicó-RN, aprovou e eu sanciono a Lei seguinte:

Art. 1º - Fica instituído o Programa Municipal de Educação Fiscal - PMEF, em consonância com as diretrizes do Programa Nacional de Educação Fiscal -PNEF, a ser implementado no âmbito do Município de Caicó - RN.

Art. 2º - São objetivos do Programa Municipal de Educação Fiscal - PMEF:

 I - prestar informações aos cidadãos quanto à função socioeconômica dos tributos;

 II - levar conhecimentos aos cidadãos sobre administração pública, alocação e controle de gastos públicos;

III - incentivar o acompanhamento pela sociedade da aplicação dos recursos públicos;

 IV - criar condições para uma relação harmoniosa entre o Município e o cidadão;

V - promover ações integradas de combate à sonegação fiscal.

Art. 3º - O Programa Municipal de Educação Fiscal -PMEF será desenvolvido:

I – pelas Secretarias de Finanças e da Educação, em ação integrada, junto aos

corpos docente e discente da rede pública Municipal de ensino;

II - pela Secretaria de Finanças, junto:

a) aos servidores públicos, da administração direta e indireta;

b) à população em geral.

Art. 4º - As ações do Programa Municipal de Educação Fiscal - PMEF, serão implementadas por meio de acordos ou convênios de cooperação técnica em parcerias com:

I - a União e Estados;

II - organizações públicas;

III – órgãos da administração pública Municipal;

IV - entidades e instituições privadas.



CGC. (MF) 08.385.940/0001-58 CEP. 59.300-000 Rua Felipe Guerra, 179 - 1º Andar Cx. Postal 48 - Fones 3421-2286 - Telefax 3417-2954

Art. 5º - Fica criado o Grupo de Educação Fiscal Municipal - GEFM constituído por representantes da Secretaria de Finanças, sendo um dos quais na condição de coordenador, da Secretaria da Educação e outros órgãos da Administração Municipal (a critério do

Art. 6º - Caberá à Secretaria Municipal de Finanças e Secretaria da Educação baixar os atos necessários ao cumprimento

Art. 7º - O Programa Municipal de Educação Fiscal -PMEF será implementado, inicialmente, com recursos orçamentários advindos do Orçamento Geral do Município.

Art. 8º - O Poder Executivo fica autorizado a abrir, no Orçamento Geral do Município, crédito especial necessário ao cumprimento desta Lei.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Caicó(RN), em 15 de dezembro de 2010.

Nildson Medeiros Dantas

Presidente

Raimundo Inácio Filho (Lobão) Relator

Dilson Freitas Fontes Membro